



ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017/SJC.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições e com base no Art. 2º, inciso III da Lei Complementar nº 260 de 22 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 1.545 de 16 de março de 2004, torna público que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais para o cargo de Nutricionista, por prazo determinado, para as Unidades desta Secretaria, pelo período compreendido entre 13 de fevereiro de 2017 até às 17 horas do dia 03 de março de 2017.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designada pela Secretária de Estado da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. A Comissão é responsável pela conferência e análise da documentação entregue pelos candidatos para a classificação no certame.

1.2. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita das instruções e das condições do processo seletivo simplificado, tais como se encontram estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.3. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial do Estado e consistirá no somatório de pontos de curso de qualificação, de contagem de títulos e da experiência comprovada na área específica do cargo.

1.4. De acordo com o Art. 4º, caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 260/2004, o processo seletivo simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação temporária, pelo prazo máximo de doze meses, podendo ser prorrogada por uma única vez, pelo mesmo prazo, exclusivamente para as Unidades relacionadas no item 2.2.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem crescente de classificação.

1.6. O Contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por interesse da Administração Pública, de acordo com o Art. 11º, § 1º da LC nº 260/2004;

III – por interesse do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;

IV – para os candidatos que forem reprovados no curso de formação;

V – para candidatos que tiverem resultado da investigação social como **não recomendado para o cargo**;

1.7. O candidato que foi contratado com fundamento na Lei Complementar nº 260/2004 e sua rescisão se deu a menos de doze meses, não poderá ser novamente contratado, conforme preconiza o artigo 8º, inciso II, da respectiva Lei.

1.8. Conforme preconizado no artigo 2º do Decreto nº 1545/2004, é proibida a contratação de servidores, ativos e inativos, da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos



Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, exceto a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas e, desde que haja compatibilidade de horários, na forma disposta na alínea “c”, inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 13 de dezembro de 2001, sendo necessário que o candidato no momento da Contratação entregue à Gerência de Gestão de Pessoas, declaração de próprio punho que indique a não acumulação de cargos, bem como, informar se é servidor público ativo ou inativo e de qual esfera, conforme indicado neste item.

2. DOS CARGOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA, ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO.

2.1. São requisitos básicos para o ingresso no cargo de Nutricionista:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade;
- c) estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- d) estar em gozo dos direitos políticos;
- e) possuir conduta social ilibada;
- f) possuir capacidade física e aptidão psicológica compatível com o cargo pretendido;
- g) possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida na categoria B ou superior.
- h) possuir Diploma de curso superior em Nutrição emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, com registro no respectivo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional.

2.2. Na tabela abaixo estão descritos a remuneração básica, a carga horária e o quantitativo de vagas para cada Unidade Lotacional, bem como, as atribuições em outras Unidades da área de abrangência.

| Unidade Lotacional | Nº de Vagas | Carga horária | Remuneração Básica | Unidades que serão atendidas pelo profissional contratado | Atribuições |
|---|-------------|-------------------|--------------------|---|--|
| Sede da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania | 02 vagas | 40 horas semanais | 3.746,93 | Todas as Unidades Socioeducativa e Prisional | Planejamento, Gerenciamento e Supervisão |

| Unidade Lotacional | Nº de Vagas | Carga horária | Remuneração Básica | Unidades que serão atendidas pelo profissional contratado | Atribuições |
|-----------------------------------|-------------|-------------------|--------------------|---|-------------|
| Colônia Penal Agrícola de Palhoça | 01 vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Colônia Penal Agrícola de Palhoça | Autogestão |
| Presídio Regional de Biguaçu | 01 Vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Presídio Regional de Biguaçu | Autogestão |



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência de Gestão de Pessoas

| | | | | | |
|---|---------|-------------------|----------|---|------------|
| | | | | Complexo Penitenciário do Estado (São Pedro de Alcântara) | Supervisão |
| | | | | Plantão de Atendimento Inicial | Autogestão |
| | | | | CASE da Grande Fpolis | Supervisão |
| Presídio Regional de Tijucas | 01 Vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Presídio Regional de Tijucas | Autogestão |
| | | | | Penitenciária de Florianópolis | Supervisão |
| | | | | Presídio Masculino de Florianópolis | Supervisão |
| | | | | Presídio Feminino de Florianópolis | Supervisão |
| | | | | Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) | Supervisão |
| | | | | Casa do Albergado de Florianópolis | Supervisão |
| Penitenciária Sul Masculina de Criciúma | 01 Vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Penitenciária Sul Masculina de Criciúma | Autogestão |
| | | | | Penitenciária Sul Feminina de Criciúma (será inaugurada) | Autogestão |
| | | | | Presídio Regional de Criciúma | Supervisão |
| Presídio Regional de Araranguá | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Presídio Regional de Araranguá | Autogestão |
| | | | | Presídio Masculino de Tubarão | Supervisão |
| | | | | Presídio Feminino de Tubarão | Supervisão |
| Unidade Prisional Avançada de Imbituba | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Unidade Prisional Avançada de Imbituba | Autogestão |
| | | | | Unidade Prisional Avançada de Laguna | Autogestão |
| Presídio Regional de Jaraguá do Sul | 01 Vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Presídio Regional de Jaraguá do Sul | Autogestão |



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência de Gestão de Pessoas

| | | | | | |
|--|---------|-------------------|----------|--|------------|
| Unidade Prisional Avançada de São Francisco do Sul | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Unidade Prisional Avançada de São Francisco do Sul | Autogestão |
| CASE de Joinville | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | CASE de Joinville | Autogestão |
| | | | | Penitenciária Industrial de Joinville | Supervisão |
| | | | | Presídio Regional de Joinville | Supervisão |
| | | | | Presídio Feminino de Joinville (será inaugurado) | Supervisão |
| Presídio Regional de Mafra | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Presidio Regional de Mafra | Autogestão |
| Unidade Prisional Avançada de Canoinhas | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Unidade Prisional Avançada de Canoinhas | Autogestão |
| Presídio Regional de Itajaí | 01 Vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Presídio Regional de Itajaí | Autogestão |
| | | | | Presídio Feminino de Itajaí (Será inaugurado) | Autogestão |
| | | | | Penitenciária de Itajaí CPVI | Supervisão |
| | | | | Presídio de Itajaí CPVI | Supervisão |
| | | | | CASEP de Itajaí | Autogestão |
| Unidade Prisional Avançada de Itapema | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Unidade Prisional Avançada de Itapema | Autogestão |
| | | | | Unidade Prisional Avançada de Barra Velha | Autogestão |
| Unidade Prisional Avançada de Videira | 01 Vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Unidade Prisional Avançada de Videira | Autogestão |
| | | | | Unidade Prisional Avançada de Campos Novos | Autogestão |
| | | | | Penitenciária da Região de Curitibaanos | Supervisão |
| | | | | Penitenciária Industrial de São Cristóvão do Sul | Supervisão |



Estado de Santa Catarina
 Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
 Diretoria Administrativa e Financeira
 Gerência de Gestão de Pessoas

| | | | | | |
|---|---------|----------------------|----------|---|------------|
| | | | | Ala de Segurança Máxima de São Cristóvão do Sul | Supervisão |
| Presídio Regional de Lages | 01 Vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Presídio Regional de Lages | Autogestão |
| | | | | Presídio Masculino de Lages | Supervisão |
| | | | | CASEP de Lages | Autogestão |
| | | | | CASE de Lages | Autogestão |
| | | | | Semiliberdade de Lages (socioeducativo) | Autogestão |
| Presídio Regional de Caçador | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Presídio Regional de Caçador | Autogestão |
| Unidade Prisional Avançada de Porto União | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Unidade Prisional Avançada de Porto União | Autogestão |
| Presídio Regional de Xanxerê | 01 Vaga | 40 horas semanais | 3.746,93 | Presídio Regional de Xanxerê | Autogestão |
| | | | | Penitenciária Agrícola de Chapecó | Supervisão |
| | | | | Penitenciária Industrial de Chapecó | Supervisão |
| | | | | Presídio Regional de Chapecó | Supervisão |
| | | | | Presídio Feminino de Chapecó (será inaugurado) | Supervisão |
| | | | | CASE de Chapecó | Supervisão |
| | | | | CASEP de Chapecó | Autogestão |
| Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste | Autogestão |
| | | | | Unidade Prisional Avançada de São José do Cedro | Supervisão |
| | | | | Unidade Prisional Avançada de Maravilha | Supervisão |
| Presídio Regional de | 01 Vaga | 20 horas | 1.873,46 | Presídio Regional de | Autogestão |



| Joaçaba | | semanais | | Joaçaba | |
|---------------------------------------|---------|-------------------|----------|---------------------------------------|------------|
| Presídio Regional de Concórdia | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Presídio Regional de Concórdia | Autogestão |
| Unidade Prisional Avançada de Brusque | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Unidade Prisional Avançada de Brusque | Autogestão |
| | | | | Penitenciária Industrial de Blumenau | Supervisão |
| | | | | Presídio Regional de Blumenau | Autogestão |
| | | | | Unidade Prisional Avançada de Indaial | Supervisão |
| Presídio Regional de Rio do Sul | 01 Vaga | 20 horas semanais | 1.873,46 | Presídio Regional de Rio do Sul | Autogestão |

2.2.1. A remuneração básica é composta pelo Vencimento Básico e Gratificação de Produtividade, conforme preceituado na Lei Complementar nº 16.299/2013.

2.2.2. Para o cargo com carga horária de 20 horas semanais, acrescenta-se Auxílio Alimentação no valor diário de R\$ 6,00 (seis reais) por dia útil, não ultrapassando ao valor mensal de R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais).

2.2.3. Para o cargo com carga horária de 40 horas semanais, acrescenta-se Auxílio Alimentação no valor diário de R\$ 12,00 (doze reais) por dia útil, não ultrapassando ao valor mensal de R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais).

2.3. As atribuições do cargo estão relacionadas no anexo único deste edital, conforme Lei Complementar nº 81/1993.

2.3.1. Autogestão: Atuação do profissional nutricionista como Responsável Técnico da Unidade de Alimentação e Nutrição das unidades prisionais e socioeducativas como o serviço em autogestão, conforme carga horária semanal estabelecida, em respeito à Resolução CFN n. 380/2005, Anexo II, Área de Alimentação Coletiva, Unidade de Alimentação e Nutrição e seus subitens, e Resolução CFN n. 419/2008.

2.3.2. Supervisão: Atuação do profissional nutricionista como Fiscalizador da execução satisfatória dos serviços com contrato de terceirização ou cogestão da Unidade de Alimentação e Nutrição das unidades prisionais e socioeducativas, conforme carga horária semanal estabelecida, em total atenção aos Contratos firmados, às normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições ocorrerão em duas etapas, **no período de 13 de fevereiro de 2017 até às 17 horas do dia 03 de março de 2017 e não será cobrada taxa de inscrição.**

3.2. PRIMEIRA ETAPA DE INSCRIÇÃO: Pré-Inscrição



3.2.1. Os candidatos deverão acessar a rede mundial de computadores **no período de 13 de fevereiro de 2017 até às 17 horas do dia 03 de março de 2017**, no site www.sjc.sc.gov.br, acessando o link do Processo Seletivo, preencher a ficha de inscrição, clicar no enviar, imprimir a confirmação de inscrição enviada, assinar no espaço indicado e entregar na segunda etapa da inscrição;

3.2.2. No ato da Inscrição Prévia, o candidato deverá indicar somente um cargo e uma Unidade Lotacional a qual estará concorrendo, não sendo permitido candidatar-se para mais de um cargo e Unidade Lotacional.

3.2.3. No caso do candidato que efetuar mais de uma inscrição, será aceita a primeira inscrição. Os candidatos devem fazer uma atenta conferência dos dados preenchidos na ficha de inscrição, antes de enviar.

3.2.4. A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exime-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à internet.

3.2.5. Ao se inscrever o candidato declara concordar que seu nome e os resultados das diferentes fases do presente processo seletivo sejam divulgados no site da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

3.3. SEGUNDA ETAPA DE INSCRIÇÃO: Inscrição Definitiva

3.3.1. Os candidatos deverão realizar a inscrição definitiva através da entrega da **documentação comprobatória pessoalmente ou procuração**, conforme especificações abaixo:

3.3.1.1. Pessoalmente, com a entrega dos documentos constantes dos itens 3.4.1.1 a 3.4.1.8 acompanhados dos seus originais, caso a exigência não for documento original, **até o dia 03 de março de 2017**, de segunda à sexta, no horário das 13h30min às 18h, no endereço:

- **Sede da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania**, situada na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC.
- **Presídio Regional de Tijucas**, situado na Rua Geral Capim Branco, s/n, Bairro Itinga, Tijucas/SC.
- **Penitenciária Sul Masculina** – Criciúma, situada na Rua José Marinho Teixeira, nº 5005, Bairro Vila Maria, Criciúma/SC.
- **Presídio Regional de Araranguá**, situado na Rua Renato Carbonera, nº 500, Bairro Polícia Rodoviária, Araranguá/SC.
- **Unidade Prisional de Imbituba**, situada na Rua 13 de Setembro, s/n, Bairro Vila Nova Alvorada, Imbituba/SC.
- **Presídio Regional de Jaraguá do Sul**, situado na Rua Alvino Flor da Silva, nº 901, Bairro Jaraguá 84, Jaraguá do Sul/SC.
- **Unidade Prisional Avançada de São Francisco do Sul**, situada na Estrada Geral da Pedreira, s/n, Bairro Miranda, São Francisco do Sul/SC.
- **Centro de Atendimento Socioeducativo de Joinville (CASE de Joinville)**, situado na Estrada Geral do Dedo Grosso, s/n, Bairro Vila Nova, Joinville/SC.
- **Presídio Regional de Mafra**, situado na Rua Getúlio Vargas, nº 604, Bairro Centro, Mafra/SC.
- **Unidade Prisional Avançada de Canoinhas**, situada na Rua Catarina de Souza Hubner, nº 1035, Bairro Piedade, Canoinhas/SC.



- **Presídio Regional de Itajaí**, situado na Rua Pedro José João, s/n, Bairro Nossa Senhora das Graças/SC.
- **Unidade Prisional Avançada de Itapema**, situada na Rua 440, s/n (final da rua), Bairro Morretes, Itapema/SC.
- **Unidade Prisional Avançada de Brusque**, situada na Rodovia Gentil Batistti Archer, s/n – KM 2, Bairro Santa Luzia, Brusque/SC.
- **Presídio Regional de Rio do Sul**, situado na Estrada Geral Serra Canoas, s/n, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/SC.
- **Presídio Regional de Lages**, situado na Rua Mato Grosso, nº 247, Bairro São Cristóvão, Lages/SC.
- **Unidade Prisional Avançada de Videira**, situada na Rua Linha Scucciato (Rodovia SC 403), Bairro Interior, Videira/SC.
- **Presídio Regional de Caçador**, situado na Avenida Albino Felipe Potrick, nº 50, Bairro Bom Sucesso, Caçador/SC.
- **Unidade Prisional Avançada de Porto União**, situada na Rua Matos Costa, nº 772, Bairro Centro, Porto União/SC.
- **Presídio Regional de Xanxerê**, situado na Rua Maranhão, nº 1780, Bairro Castelo Branco, Xanxerê/SC.
- **Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste**, situada na Rua Oiapoc, nº 1795, Bairro Centro, São Miguel do Oeste/SC.
- **Presídio Regional de Joaçaba**, situado na BR 282, s/n – KM 391, Bairro Vila Remor, Joaçaba/SC.
- **Presídio Regional de Concórdia**, situado na Rua Adílio Hilário Nuntzemberg, s/n, Bairro Guilherme Reith, Concórdia/SC.

3.3.1.2. Através de Procuração, devidamente registrada em cartório, com este fim, desde que os documentos listados nos itens 3.4.1.1 à 3.4.1.8 estejam todos autenticados por tabelião, e entregue pelo procurador nos endereços listados acima, **até o dia 03 de março de 2017**, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 18h.

3.3.2. O candidato que deixar de entregar qualquer documentação na data e horários devidamente estipulados estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

3.3.3. O candidato que deixar de entregar qualquer documentação listada nos itens 3.4.1.1 a 3.4.1.4 e/ou não ter comprovado a escolaridade exigida para o cargo candidatado, terá sua inscrição indeferida.

3.3.4. O candidato que entregar o Questionário de Investigação Social (QIS), listado no item 3.4.1.2, incompleto e/ou faltando foto e/ou todas as assinaturas, terá sua inscrição indeferida no presente certame.

3.3.5. Não serão aceitas inscrições intempestivas, condicionais, via fax, via correio, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não descrito no presente Edital.

3.3.6. Não serão admitidas, após o candidato efetivar a inscrição definitiva, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.



3.3.7. A entrega da documentação completa no momento da inscrição definitiva, em conformidade com o item 3.4 do edital é responsabilidade do candidato, sob pena de indeferimento da inscrição.

3.4. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

3.4.1. No ato da inscrição definitiva, o candidato deverá fornecer os seguintes documentos (**importante: caso os documentos sejam entregues através de procuração, conforme item 3.3.1.2, as fotocópias deverão ser autenticadas por tabelião**):

3.4.1.1. Ficha de Inscrição comprovando efetivação da inscrição pela rede mundial de computadores (*inscrição prévia*), declarando a aceitação das regras deste edital, assinando no espaço indicado;

3.4.1.2. **QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL – QIS**, disponível no link do processo seletivo, que deverá ser impresso, preenchido, colando uma foto, sendo preferencialmente de 5x7, no campo específico, e assinado;

3.4.1.3. Fotocópia e original da Carteira de Identidade e CPF;

3.4.1.4. Fotocópia e original do diploma ou certificado de Conclusão do Curso para o cargo pretendido, a fim de habilitar o candidato a participar do presente processo seletivo.

3.4.1.5. Certificados de conclusão de cursos de qualificação, com carga horária mínima de 20 horas para cada certificado, seguindo as especificações **do item 4.2 do presente edital**.

3.4.1.6. Comprovante de experiência no cargo pretendido, conforme as determinações **do item 4.3 do presente edital**;

3.4.1.7. Fotocópia e original de Certificado de Conclusão de curso Pós-graduação, Mestrado e Doutorado;

3.4.1.8. Fotocópia e original de Certidão de Nascimento de filhos para fins de desempates;

3.5. Certificados de Conclusão de Curso de Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado ou declaração de tempo de serviço expedidas em língua estrangeira somente serão consideradas se apresentadas já traduzidas para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O Processo Seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos de curso de qualificação, da experiência comprovada e da contagem de títulos.

4.2 DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO

4.2.1. Para critério de pontuação de curso de qualificação deverá ser apresentado somente certificado com carga horária mínima de 20 horas, **dos últimos quatro anos a contar da data de publicação** do presente edital e com as seguintes especificações para cada cargo:

4.2.1.1. Para o cargo de Nutricionista, os cursos de qualificação serão aceitos desde sejam na área de Nutrição.

4.2.2. Não serão aceitos certificados de Disciplinas de cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado ou disciplinas isoladas concluídas ou não.

4.2.3. A pontuação de cursos de qualificação para todos os cargos consiste na somatória das cargas horárias dos certificados entregues e segue na tabela abaixo:



| Quantidade de Horas de curso de Qualificação somando as cargas horárias dos certificados apresentados | Pontuação |
|---|---------------------------|
| 20 horas até 40 horas | 0,6 (zero vírgula seis) |
| 41 até 100 horas | 1,2 (um vírgula dois) |
| 101 até 140 horas | 1,8 (um vírgula oito) |
| 141 até 200 horas | 2,6 (dois vírgula seis) |
| 201 até 260 horas | 4,2 (quatro vírgula dois) |
| Acima de 260 horas | 4,8 (quatro vírgula dois) |

4.3. DO COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA

4.3.1. Para fins de comprovação da experiência no cargo serão aceitos somente cópia de registro em Carteira de Trabalho, desde que acompanhada da respectiva carteira, ou Certidões Originais de Tempo de Serviço prestado a Administração Direta, Autarquia e Fundações Públicas, onde deverá **constar o período e cargo exercido**, CNPJ do órgão, assinatura e matrícula do Gerente do RH do órgão, timbre do órgão, **de acordo com as especificações do item 4.3.2.1 do presente edital.**

4.3.1.1 Só serão aceitas as Certidões Originais de Tempo de Serviço prestado Administração Direta, Autarquia e Fundações Públicas emitidas por órgãos oficiais de Gerência de Gestão de Pessoas ou Gerência de Recursos Humanos ou órgão equivalente.

4.3.2. Somente serão contabilizadas as experiências no cargo pretendido de acordo com as seguintes especificações:

4.3.2.1. O comprovante de experiência que o título do cargo for Nutricionista;

4.3.3 Para os profissionais autônomos deverão apresentar comprovantes de recolhimento de impostos, mês a mês, e alvará de funcionamento, mais a declaração de quitação do conselho de fiscalização do exercício.

4.3.4. Não serão aceitas experiências como Estágios remunerados ou não remunerados;

4.3.5. A pontuação para experiência comprovada para todos os cargos segue na tabela abaixo:

| Experiência Comprovada | Pontuação |
|---------------------------|---------------------------|
| De 00 dias até 29 dias | 0,3 (zero vírgula três) |
| De 01 mês até 20 meses | 0,5 (zero vírgula cinco) |
| De 21 meses até 30 meses | 1,5 (um vírgula cinco) |
| De 31 meses até 40 meses | 2,0 (dois vírgula zero) |
| De 41 meses até 50 meses | 3,1 (três vírgula um) |
| De 51 meses até 65 meses | 4,3 (quatro vírgula três) |
| De 66 meses até 90 meses | 5,5 (cinco vírgula cinco) |
| De 91 meses até 115 meses | 7,0 (sete vírgula zero) |
| Acima de 115 meses | 9,0 (nove vírgula zero) |

4.3.5.1. O candidato que não tiver experiência poderá participar desta seleção, porém, contará com apenas 0,3 pontos neste critério de pontuação.



4.4 PROVA DE TÍTULOS

4.4.1. O candidato deverá apresentar Certificado de Curso de Especialização em nível de Pós-Graduação com registro próprio na Instituição que o ofereceu, sendo credenciada pelo MEC.

4.4.2. A pontuação de títulos será aplicada somente para os cargos de nível Superior que segue na tabela Abaixo:

| Títulos | Pontuação |
|--|------------------------------------|
| Especialização (um ou mais certificados) | Somente 3,5 (três vírgula cinco) |
| Mestrado (um ou mais certificados) | Somente 4,5 (quatro vírgula cinco) |
| Doutorado (um ou mais certificados) | Somente 6,0 (seis vírgula zero) |

4.4.3. Ainda que o candidato apresente mais de um certificado para Especialização, Mestrado ou Doutorado, o valor será o fixado na tabela 4.4.2, não sendo majorado o seu valor pela maior quantidade de certificados apresentados.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos, cursos de qualificação e da experiência comprovada;

5.2. Os candidatos serão classificados obedecendo à ordem decrescente de pontuação;

5.3. Para efeito de classificação entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate respectivamente:

5.3.1. maior idade;

5.3.2. maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

5.3.3. maior pontuação de experiência comprovada;

5.3.4. maior pontuação na prova de títulos.

5.4. O resultado preliminar será publicado a partir do dia 14 de março de 2017.

6. DOS RECURSOS

6.1. Será assegurado ao candidato o direito a recurso quanto ao indeferimento da inscrição e/ou classificação do Processo Seletivo que deverá ser encaminhado à Comissão do Processo Seletivo Simplificado na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, através do e-mail processoseletivo@sjc.sc.gov.br, de forma digitalizada ou pessoalmente protocolada no Protocolo Geral da SJC, situado na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC, até (02) **dois dias úteis** após a divulgação do resultado preliminar, no site www.sjc.sc.gov.br.

6.2. Não será aceito o pedido de recurso apresentado fora do prazo estabelecido.

6.3. Não será aceito a complementação, inclusão ou substituição dos documentos entregues.

6.4. Os recursos deverão estar de acordo com modelo disponível no *site* www.sjc.sc.gov.br, devendo ser observado os seguintes requisitos:

a) ser impresso e assinado;

b) ser fundamentado com argumentação lógica e consistente.



6.5. O julgamento do recurso será efetuado pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado e encaminhado aos requerentes através de carta registrada para o endereço informado no ato de inscrição, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do devido recurso junto à Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

6.5.1. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do endereço no ato da pré-inscrição.

7. DA CONVOCAÇÃO

7.1. O candidato será convocado **exclusivamente** pelo site **www.sjc.sc.gov.br**, devendo o candidato acompanhá-lo, não sendo fornecidas informações via telefone.

7.1.1. No ato da convocação será informado a data, o local e o horário que o candidato deverá comparecer munido dos documentos necessários para contratação listados no item 8 do presente edital, tendo a carência de 03 dias úteis entre o ato de convocação e a data e horário de comparecimento do ato de convocação.

7.1.2. O candidato que não cumprir o ato convocatório será automaticamente eliminado do processo seletivo.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação iniciará a contar do primeiro dia de entrada em exercício e está condicionada a entrega dos seguintes documentos, seguindo o estabelecido no item 7:

8.1.1. Declaração de próprio punho informando que não teve nos últimos 12 (doze) meses nenhuma Contratação em Caráter Temporário – ACT com base na LC nº 260/2004, assim, respeitando o artigo 8º, inciso II, da Lei nº 260/2004.

8.1.2. Fotocópia e original da Carteira de Identidade e do CPF;

8.1.3. Atestado de Saúde Ocupacional (admissional) emitido **OBRIGATORIAMENTE** pelo **médico do trabalho**, correndo os custos por conta do candidato;

8.1.4. Fotocópia e original do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino ou certidão expedida por órgão militar que comprove estar quite com as obrigações militares;

8.1.5. Fotocópia e original do Diploma do Curso e do Histórico da escolaridade ou do certificado do Curso e do Histórico da escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

8.1.6. Fotocópia e original da Carteira de Trabalho do candidato constando os dados pessoais, número da carteira e número do PIS/PASEP;

8.1.7. Fotocópia e original do comprovante do domicílio atual (água, luz, telefone). No caso de não possuir comprovante de residência em seu nome, o candidato deverá juntar e assinar documento sob o título “declaração de residência”, indicando detalhadamente o endereço onde reside;

8.1.8. Declaração comprovando que está regular com o respectivo conselho de fiscalização profissional;

8.1.9. Comprovação de estar em gozo dos direitos políticos, mediante entrega de cópia do título eleitoral e certidão da Justiça Eleitoral que comprove esta condição;



- 8.1.10.** Comprovação de não ter sido condenado criminalmente, anexando Certidão Negativa expedida “on-line” ou diretamente pelas Varas Criminais da **JUSTIÇA ESTADUAL** dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
- 8.1.11.** Comprovação de não ter sido condenado criminalmente, anexando Certidão Negativa expedida “on-line” ou diretamente pelas Varas Criminais da **JUSTIÇA FEDERAL** com competência jurisdicional sobre os lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
- 8.1.12.** As Certidões de que tratam os itens 8.1.10 e 8.1.11 deverão ser emitidas após a publicação do respectivo Edital.
- 8.1.13.** Cópia completa da última Declaração de Imposto de Renda;
- 8.1.14.** Sendo o candidato **ISENTO** da Declaração de Imposto de Renda, deverá o mesmo fazer uma **DECLARAÇÃO** de próprio punho informando a isenção, bem como, retirar pelo *site* da Receita Federal a situação **REGULAR** do seu CPF.
- 8.1.15.** Conta corrente individual do **Banco do Brasil**, **não podendo ser Conta Salário**;
- 8.2.** O candidato permanecerá contratado se for aprovado no **curso de formação**, de acordo com o item 9 do presente Edital, e/ou se for recomendado para o referido cargo pela **Investigação Social**, de acordo com o item 10 do presente Edital

9. DO CURSO DE FORMAÇÃO (ELIMINATÓRIO)

- 9.1.** Após a entrega da documentação para a contratação, os (a) candidatos (a) serão convocados para o curso de formação inicial.
- 9.2.** O Curso de Formação Inicial é obrigatório e possui caráter eliminatório.
- 9.3** A eliminação no Curso de Formação Inicial ocorre quando o aluno não atinge a média mínima exigida na respectiva disciplina durante o curso ou por praticar atos que atentem contra as normas do Curso de Formação ou da Academia de Justiça e Cidadania - ACADEJUC.
- 9.4.** O Curso de Formação será de responsabilidade da Academia de Justiça e Cidadania – ACADEJUC.
- 9.5.** A carga horária total do curso de formação será definida pela Academia de Justiça e Cidadania – ACADEJUC que será publicada no site www.sjc.sc.gov.br/acadejuc.
- 9.6.** A convocação dos classificados para o Curso de Formação obedecerá ordem de classificação do candidato, respeitando o número de vagas prevista neste Edital, observando as limitações de ordem física da Academia de Justiça e Cidadania e as necessidades da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.
- 9.7.** Os candidatos serão considerados aprovados no curso de formação se atingirem a média mínima exigida na respectiva disciplina durante o curso e se **NÃO** praticar atos que atentem contra as normas do Curso de Formação ou da Academia de Justiça e Cidadania - ACADEJUC.
- 9.8.** Os candidatos serão contratados a contar do primeiro dia do curso de formação.
- 9.9.** O candidato que não for aprovado no curso de formação terá seu contrato rescindido sem direito a indenizações.
- 9.10.** A data e Local para a realização do curso de formação serão divulgados no site www.sjc.sc.gov.br/acadejuc.



9.11. Os casos omissos ou não previstos neste edital referente ao curso de formação ou no Regimento Interno da ACADEJUC, serão tratados pela Direção da Academia de Justiça e Cidadania, podendo ser convocado o conselho educacional da ACADEJUC.

10. INVESTIGAÇÃO SOCIAL (ELIMINATÓRIA)

10.1. A investigação para verificação de antecedentes pessoais visa avaliar se o candidato possui idoneidade moral e conduta ilibada, imprescindíveis para o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

10.2. Os candidatos aprovados na SELEÇÃO deverão possuir conduta social ilibada conforme item 2.1, alínea "f" do presente Edital.

10.3. A execução da Investigação Social será realizada pela Diretoria de Inteligência e Informação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, que poderá estabelecer parcerias com outros órgãos da Segurança Pública e afins, para o bom e fiel cumprimento da investigação social e a decisão será tomada pela Comissão do Processo Seletivo do presente Edital que emitirá um parecer que será entregue para o candidato;

10.4. O candidato deverá autorizar e fornecer dados para a Diretoria de Inteligência e Informação, através do Questionário de Investigação Social, conforme item 3.4.1.2. deste edital;

10.4.1. A não autorização pelo candidato, para que se proceda à investigação social, resultará na sua eliminação sumária;

10.5. Fica eliminado do Processo Seletivo o candidato em que for constatada inexatidão de dados fornecidos, informações não declaradas, omitidas ou declaradas falsamente da vida pregressa que o desabone, conforme previsto no item 3.4. e item 8. deste edital, bem como o não cumprimento dos prazos para apresentação do termo de defesa;

10.6. Ficará o candidato sujeito a rescisão contratual, caso surja fato novo que o desabone e seja considerado incompatível com o exercício da função;

10.7. No caso se constatado fatos que gerem dúvidas, o candidato poderá ser chamado para esclarecimentos formais junto a Diretoria de Inteligência;

10.8. Ao candidato que na Investigação Social for constatada que já teve vínculo empregatício no âmbito da SJC, em quaisquer modalidades de contratação e que porventura tenham tido rompimento do vínculo por ATO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por não ter sido considerado apto as funções, ou ainda apresentado transgressões funcionais, será automaticamente considerado NÃO RECOMENDADO.

10.9. A Investigação Social terá caráter unicamente eliminatório e os candidatos serão considerados **RECOMENDADOS** ou **NÃO RECOMENDADOS** para o cargo pretendido, conforme o item 10.3. deste edital;

10.10. A investigação para verificação de antecedentes pessoais será realizada por meio de investigação no âmbito social, funcional, civil e criminal, indicando como resultado se o candidato encontra-se recomendado ou não recomendado para exercer o cargo, tendo como critério eliminatório as seguintes situações:

a) uso ou dependência química de drogas ilícitas de qualquer espécie;

b) situação fatídica em que seja constatada embriaguez e que tenha culminado com ação tipo penal ou infração funcional;



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência de Gestão de Pessoas

- c) relacionamento ou exibição em público ou rede social com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais ou morais;
- d) fazer apologia em público ou em rede social ao uso de drogas, pedofilia, violências, incitar atos contra a imagem e decoro das instituições públicas;
- e) prática de ato atentatório à ética e a moral;
- f) contumácia na prática de infrações ou transgressões disciplinares funcionais;
- g) participação ou filiação como membro, sócio ou dirigente em entidade ou organização, cujo funcionamento não seja legalmente autorizado ou contrário às disposições da Constituição da República e ao Estado Democrático de Direito;
- h) indiciamento em inquérito policial, qualificação como autor em termo circunstanciado de ocorrência, citação como autor em ação civil pública, citação como réu em ação penal;
- i) ter figurado como acusado em procedimento administrativo disciplinar, em quaisquer instituições a que tenha sido vinculado;
- j) demissão de cargo público, destituição de cargo em comissão ou do exercício da função pública, em qualquer órgão da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, em razão de conduta desabonatória;
- k) registros de boletins de ocorrências que acusam práticas de emprego de grave ameaça ou violência; práticas de abuso de criança e adolescente, idosos e incapazes;
- l) Registro de boletins de ocorrência em que apontam para crimes capitulados na Lei nº 10826/2003;
- m) declaração falsa ou omissão de registro relevante sobre sua vida pregressa, conforme item 3.4. deste edital; e
- n) outras condutas que revelem a falta de idoneidade moral do candidato, tornando-o incompatível, em face dos preceitos éticos e morais para o exercício do cargo candidatado;

10.11. O resultado da Investigação Social será divulgado em até 30 (trinta) dias úteis contados a partir do resultado definitivo da Seleção.

10.12. O candidato que tiver o resultado NÃO RECOMENDADO para o cargo pretendido, será convocado na Gerência de Gestão de Pessoas, situada na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC, onde assinará documento informando ter sido cientificado do resultado da investigação social.

10.13. Sendo considerado NÃO RECOMENDADO na Investigação Social, o candidato depois de cientificado, caso queira, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recurso administrativo, endereçado ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo, que deverá ser protocolado na Sede da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, situada na Rua Frei Caneca, nº 400, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC.

10.14. O requerente será convocado via e-mail cadastrado no formulário de inscrição em até dez dias úteis, a contar do recebimento do devido recurso, pela Gerência de Gestão de Pessoas para retirada do resultado do recurso emitido pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.15. O candidato considerado como NÃO RECOMENDADO na Investigação Social, após apresentação de recurso e sendo mantido o parecer, será excluído do processo Seletivo, e/ou terá seu contrato rescindido.



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência de Gestão de Pessoas

10.16. O candidato que for considerado NÃO RECOMENDADO na Investigação Social terá seu contrato rescindido a contar da data da ciência e sem direito a indenizações, conforme inciso VI, do item 1.6 deste edital.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A homologação do resultado final será publicada no Diário Oficial do Estado e no site www.sjc.sc.gov.br, tendo validade de dois anos.

11.2. A não observância dos prazos e a inexatidão das informações ou a constatação, mesmo que posterior, de irregularidades nos documentos, eliminará o candidato do processo seletivo e/ou rescindir o contrato administrativo firmado sem direito a indenizações.

11.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

11.4. Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

11.5. Fica o responsável pela Presidência da Comissão autorizado a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste processo seletivo simplificado.

11.6. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo Simplificado.

11.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, _____ de _____ de 2017.

ADA LILI FARACO DE LUCA

Secretária de Estado da Justiça e Cidadania



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência de Gestão de Pessoas

Anexo Único (Edital 002/2017/SJC)

| | |
|---|-------------|
| DENOMINAÇÃO DO CARGO: NUTRICIONISTA | |
| GRUPO OCUPACIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR | CÓDIGO: ONS |
| DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planeja, coordena e supervisiona serviços e programas de nutrição clínica, ambulatorial, administração de serviços de alimentação, saúde pública e educação. | |
| DESCRIÇÃO DETALHADA: | |
| 1 - Estabelecer normas e diretrizes administrativas dentro do serviço de nutrição; | |
| 2 - Planejar, acompanhar e executar programas de nutrição na área de saúde pública; | |
| 3 - Proceder o planejamento, e elaboração de cardápios para dietas normais e especiais desde a política de compras, abastecimento, preparo e distribuição; | |
| 4 - Proceder o cálculo de dietas especiais; | |
| 5 - Elaborar mapa dietético de acordo com a prescrição médica, patologia, dados pessoais e laboratoriais do paciente; | |
| 6 - Orientar pacientes e familiares sobre a necessidade da observância da dieta; | |
| 7 - Fazer avaliação nutricional; | |
| 8 - Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos; | |
| 9 - Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; | |
| 10 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e | |
| 11 - Executar outras atividades compatíveis com o cargo. | |